Secretaria de Estado Desenvolvimento Social e Família - SEDEF

Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR

Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 7° andar – Palácio das Araucárias

CEP 80530-915 – Curitiba – Paraná

Reunião extraordinária de Julho de 2023

Às 10 horas do dia dezessete de Julho de dois mil e vinte e três, é iniciada a reunião extraordinária de forma virtual realizada através do Google-Meet. A presidente Renata Mareziuzek dos Santos, cumprimenta a todos, agradece a participação dos conselheiros presentes, e solicita à secretária-executiva do CEAS Thamiris Guerra a realização da chamada. A mesma inicia a chamada dos presentes na reunião, sendo eles: **Sociedade Civil Organizada, segmento Usuários do SUAS:** Cleny Thomas Maciel - Titular, Roseli Barossi - Suplente, Edson Aparecido de Alencar - Titular, Cleyton Serafim dos Reis - Suplente, Rogeria Aparecida Ortelhado - Titular, Carlos da Silva - Suplente, Anderson Costa Cardoso - Titular, André Luis Barbosa - Suplente. **Segmentos Trabalhadores do Setor:** Jaqueline Fernanda Machado - Titular, Adrianis Galdino da Silva Júnior - Titular, Daniele de March - Suplente, Gabriela Daniel de Campos - Titular, Deise Teixeira Land - Suplente, Sergio Bezerra Pinto Junior - Titular. **Segmento das Entidades Prestadoras de Serviço:** Leonardo Corrêa Lugon - Titular, Elaine Marlene Jung - Suplente, Adriano Roberto dos Santos - Titular, Marcelo Oliveira Bleme - Suplente, Marlene Cichocki da Silva - Titular, Claudia Moreira - Titular, Elidiamara Simões Nunes - Titular. **Conselheiros Governamentais:** Renata Mareziuzek dos Santos - Titular, Maiara de Almeida Abreu - Suplente, Ticyana Paula Begnini - Suplente, Magali Socher Luiz - Suplente, Paula Cristina Calsavara - Titular, Samanta Krevoruczka - Titular, Manoel Tadeu Barcelos - Titular, Quelen Silveira Coden - Suplente, Michele Cristina Ribeiro - Titular, Porcina Elizabeth de Oliveira Souto - Titular, Marcia Valim - Suplente, Vandete Arcoverde Silva - Suplente, Evlin Gamra - Titular, Ana Carolina Pedroso de Almeida - Titular, Lucimeri Sampaio Bezerra - Titular, Pedro Américo Vieira - Titular. A Secretaria executiva do CEAS, inicia a verificação do quórum e menciona que há 13 (treze) cadeiras representando os conselheiros da sociedade civil e 10 (dez) cadeiras representando os conselheiros governamentais, havendo quórum para a continuidade na reunião. Ao finalizar a chamada. A Presidente Renata Mareziuzek dos Santos convocou esta reunião com o propósito de debater o Plano Plurianual de Assistência Social. Relatando que neste ano, encerra-se o Plano Plurianual em vigor, o que torna necessário formular um novo, com validade de 2024 a 2027 (Dois mil e vinte e quatro a Dois mil e vinte e sete). A mesma informou que a matéria será esplanada pelo representante do Núcleo de Planejamento Setorial (NPS), Pedro Américo Vieira, atua como conselheiro dessa instância em nome da Secretaria de Estado do Planejamento, apresentando uma nova proposta baseada em um mapeamento de entregas mais eficazes e alinhadas com o plano de governo do Estado do Paraná. Esse alinhamento inclui indicadores de resultados comparativos em conformidade com outras instâncias federativas, atualizando a gestão orçamentária. Pedro Américo Vieira falou sobre as atividades realizadas até o momento. Em março, houve o lançamento do processo de construção do Plano Plurianual, estabelecendo diretrizes fundamentais. Em abril, ocorreu um evento de lançamento do Plano Plurianual por meio de um decreto do governo estadual, que tornou pública as diretrizes que orientam o PPA. Em maio, uma consulta pública foi aberta para que a sociedade pudesse expressar suas opiniões e contribuir com informações relevantes para a melhoria das políticas públicas no estado do Paraná. Paralelamente à consulta pública, a Secretaria realizou um diagnóstico temático setorial para identificar os desafios a serem enfrentados durante o processo de elaboração do Plano Plurianual. Pedro Américo Vieira apresentou o diagnóstico setorial da SEDEF, que destacou questões problemáticas na Coordenação Estadual da Pessoa com Deficiência, incluindo a fragilidade na estrutura para a execução de políticas eficazes para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Além disso, foi identificada a necessidade de melhorar os fluxos e instrumentos de trabalho em rede para atender às pessoas com deficiência, a falta de capacitação dos profissionais das políticas públicas para compreender as diversas necessidades das pessoas com deficiência e a ausência de um mapeamento abrangente das entidades que atendem a essa população. Pedro Américo Vieira ressaltou que esses problemas deverão persistir nos próximos anos, agravando a vulnerabilidade social no estado devido ao direcionamento inadequado das políticas públicas existentes e dos recursos a elas destinados. Portanto, o Plano Plurianual tem como objetivo geral consolidar uma estrutura sólida para a criação e execução de políticas públicas eficazes para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Os objetivos específicos incluem a capacitação de agentes públicos e privados sobre a importância de fortalecer as políticas públicas externas para os direitos das pessoas com deficiência, a melhoria dos fluxos e instrumentos de trabalho, o mapeamento das deficiências regionais, a construção de uma rede de assistência com entidades de apoio às pessoas com deficiência no Estado do Paraná, o aumento do acesso da população com deficiência aos programas do Estado e aos direitos legais, a criação de um fundo financeiro destinado a ações e programas para pessoas com deficiência e o estímulo à inclusão, considerando as características socioeconômicas das pessoas com deficiência no Paraná. O Sr. Pedro Américo Vieira destacou a importância do diagnóstico realizado para identificar os desafios a serem enfrentados durante a implementação do Plano Plurianual (PPA) e explicou seu papel como gestor na área de Assistência Social. No decorrer do cronograma, no mês de maio, foi realizado o desenvolvimento do programa de governo e seus indicadores. A Secretaria de Planejamento considera o programa de governo como uma estrutura abrangente que abarca todas as políticas públicas, destinada a abordar os problemas identificados durante o diagnóstico setorial. Pedro Américo ressaltou que o processo atual se encontra nas etapas cinco e seis, que se refere à previsão de arrecadação do governo estadual e à distribuição desses recursos entre os programas governamentais de diversas secretarias, abrangendo diferentes tipos de recursos. Além disso, a fase de elaboração das ações orçamentárias está em andamento, sendo essas ações identificadas como atividades. O desdobramento das ações orçamentárias desempenha um papel essencial no rastreamento e na alocação de orçamentos, rastreando a origem dos recursos e seu destino final. No processo de identificação de recursos, a unidade orçamentária e o Fundo de Assistência Social (FEAS) desempenham um papel central, concentrando todas as operações relacionadas a esse fundo. Paralelamente à lei de ações orçamentárias, está em andamento a construção da lei orçamentária. Ambos devem ser desenvolvidos em conjunto, especificando quais ações fazem parte do PPA, permitindo que o núcleo fazendário construa a lei orçamentária até o mês de setembro. Pedro Américo comentou que ainda não há um dado definido para a realização da audiência pública, que é um componente necessário nesse processo de elaboração do PPA. Em seguida, ele apresentou as diretrizes do PPA para 2024 e 2027, que visam promover uma cultura institucional voltada para a gestão baseada em resultados, alocando eficazmente os recursos públicos, mantendo a sustentabilidade fiscal e melhorando a tomada de decisões. Essas diretrizes também incluem o fortalecimento da transparência, do controle social e do combate à corrupção, bem como a integração dos processos de planejamento e alinhamento estratégico do governo com mecanismos de monitoramento e avaliação baseados em evidências. No que diz respeito aos direitos básicos e ao bem-estar, as estratégias buscam melhorar a qualidade de vida da população do Paraná, criar oportunidades de emprego e renda, promover uma cidadania integral, inclusiva e de qualidade. No contexto da inclusão social, dos direitos humanos e da cidadania, o foco é na redução da pobreza, na criação de oportunidades e no reconhecimento das necessidades específicas da população paranaense, levando em consideração diversas variáveis, como aspectos socioeconômicos, étnicos, culturais, raciais, de gênero e situações de vulnerabilidade. Quanto à infraestrutura e mobilidade, a ênfase está no desenvolvimento urbano sustentável, com cidades inteligentes, resilientes, barreiras e inclusivas, melhorando a governança de obras públicas e projetos estruturantes. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico e sustentável, a orientação é para o alinhamento com conceitos de produtividade, rentabilidade e sustentabilidade, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Pedro Américo Vieira apresentou os indicadores usados como métrica para avaliar o desempenho do governo estadual. Esses indicadores incluem a erradicação da pobreza, bem como indicadores do ranking de competitividade dos estados para avaliar o desempenho dos estados em diversas áreas. No contexto da Assistência Social, a medição inclui indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o percentual de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza. Ele também descreveu as ações orçamentárias que estão sob análise para o orçamento do PPA de 2024 a 2027. Essas ações abrangem a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de aprimorar as políticas sociais nos municípios. Isso inclui a melhoria da gestão, o fortalecimento da integração entre os diferentes atores envolvidos, a melhoria do acompanhamento e a avaliação das ações, a promoção da transparência e a prestação de contas e a contribuição para a efetividade das políticas sociais adotadas. No programa “Nossa Gente”, o objetivo é promover e implementar o monitoramento das ações desse programa, com a implementação de um sistema. A ideia é fortalecer os comitês municipais e locais para contribuir para a redução da vulnerabilidade social e expandir e melhorar a estrutura física dos equipamentos da Política de Assistência Social, além de fortalecer o protagonismo, a proteção e a emancipação das famílias em maior vulnerabilidade social. Dentro da Proteção Social Básica, o foco está em apoiar os municípios na implantação, melhoria e aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios desta categoria, considerando as diretrizes condicionais. Essas ações são realizadas por meio de avaliação técnica, capacitação, monitoramento e cofinanciamento. Isso visa fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de risco social. Já na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, o objetivo é apoiar os municípios na estruturação e expansão dos serviços, programas e projetos. Para isso, são realizados avaliação técnica, capacitação, monitoramento e cofinanciamento, mudando o atendimento de indivíduos em situação de risco pessoal e social. Pedro Américo Vieira informa que há uma proposta de entrega a ser discutida e deliberada pela secretaria. No âmbito da Gestão do SUAS, foi descrito o programa "CAPACITASUAS", que visa capacitar gestores, conselheiros e outros atores envolvidos com o SUAS no Estado do Paraná. O programa oferece cursos de atualização, capacitação de conselheiros e capacitações regionais e estaduais para gestores e equipe técnica, abordando temas relacionados à política de Assistência Social. Além disso, foi mencionada a proposta de implementação de um Sistema para o Plano Municipal de Assistência Social, uma ferramenta de planejamento que orienta as ações e investimentos nessa área. O sistema automatiza diversos processos administrativos, incluindo o registro de informações sobre beneficiários, gestão de recursos financeiros e monitoramento de indicadores sociais. Finalizando a pauta, Renata Mareziuzek dos Santos sugere a leitura do **Parecer Do Ceas:** Propor na capacitação dos conselheiros, estratégias de discussão de demais temas transversais inerentes às políticas públicas que surgem nas reuniões do conselho. pautar na comissão de comunicação, articulação a utilização do conteúdo consulta pública do PPA como elemento para a desconstrução da política pública enquanto benesse. O Vice-Presidente Sr. Adrianis Galdino da Silva Junior solicita seguir o entendimento do plenário, que foi de retirada e não de manutenção de escrita. A Presidente Renata Mareziuzek dos Santos agradece toda a colaboração junto à construção do PPA. Adrianis Galdino da Silva Junior, agradece a colaboração e apresentação feita pelo conselheiro Pedro Américo Vieira, e declara finalizada a reunião extraordinária. Ata lavrada por Thamiris Guerra Sgorlon – Secretária Executiva do CEAS e pelo Residente Técnico: Gabriel Jantsch da Silva Vieira.

Publicado no DIOE nº 11547 de 23 de novembro de 2023